

# anti—~~M~~ capitalista

De

Abril



em

lunho

Poemas  
contra a guerra

P 3

O 25 de Abril  
e a política  
do tempo presente

PP 4—5

Abolir  
a prostituição?

PP 6—7

# Cheios de incertezas

**N**o alforge do soldado, em vez de balas, poemas.

Quem tiver oportunidade de folhear *Voz Própria*, em que um longínquo registo de áudio traz-nos a voz de Mário Viegas a recitar uma seleção de poemas, que Jorge Ginja levaria para a guerra, poderá ter deparado com um poema de Brecht, “Aos que vão nascer”. É um poema em que a lamentação não cala o protesto, em que o “tempo da desordem” era também o da “raiva contra a injustiça”, mas que deixa entrever, apesar de tudo, a redenção prometida aos que ainda estão por nascer.

Já não temos Viegas e já não temos Brecht – e sabemos que esse tempo de redenção que admitiam não é ainda o nosso tempo. A guerra regressou ao espaço europeu, obrigando-nos a enfrentar a circunstância política mais exigente, que é a incerteza. A má reação à incerteza convoca o desejo de segurança, quando não instiga a tentação securitária. É a precipitação face à incerteza que torna mais fácil a adesão às explicações mais simplistas ou às reduções dos debates a caricaturas polarizadas. E é a aflição da incerteza que facilita as rotulagens, os delitos de opinião, as desqualificações automáticas, que penalizam a diferença e que esmagam a pluralidade de posicionamentos. Porém, desde que devidamente enquadrada e assumida, a incerteza é o dinamismo a partir do qual se engendra a

novidade e se ousa o desconhecido. A incerteza é o tempo por definir, à espera de respostas e da chegada “dos que vão nascer”, de acordo com o vaticínio do poema de Brecht

O Bloco é um partido de ideias e de responsabilidades, que sempre se propôs enfrentar os desafios do tempo com o impulso do desconhecido, mais do que com a certeza dogmática. Exercemos ação na incerteza, abdicando dos territórios inamovíveis onde tudo é confortavelmente claro. Vivemos bem com esse desconforto.

Por outro lado, não vivemos bem com as vítimas da guerra, com a opressão dos poderes, com a escalada das ambições e das culturas beligerantes, que campeiam no jogo de interpretações que o conflito ucraniano tem trazido. Queremos contribuir ativamente para a paz, sabendo que só a paz torna possível permanecer nas lutas mais decisivas do tempo: num futuro de solidariedade, de recusa do patriarcado, de afirmação feminista e de justiça climática. Gostamos das dimensões mais criativas da incerteza, porque dela brota a esperança de um mundo que ainda está por fazer e de que não desistimos por nenhuma certeza imposta.

Este número da *Anticapitalista* tem a guerra por tema predominante, mas nem por isso deixa de ter a solidariedade por motor. Com ela prosseguimos. Na incerteza e sempre.

## 2 Editorial

Cheios de incertezas

## 3 Poesia

Poemas contra a guerra

## 4 Debate

25 de abril e a política do tempo presente

## 6 Debate

Abolir a prostituição?

## 8 Leituras/

### Escutas/ Em cena

“Portugal : à propos du MFA”, Daniel Bensaïd  
Notas sobre um naufrágio, Davide Enia

## Dossiê | Ucrânia: Pensar e agir contra a guerra

Alda Sousa  
Adriano Campos  
Coletivo La Cantine Syrienne  
Hugo Monteiro  
Patrícia Felício

### Conselho editorial

Alda Sousa  
Ana Bárbara Pedrosa  
Ana Pardal  
Andrea Peniche  
António Figueira  
Constança Portela  
Hugo Monteiro  
Inês Sena  
José Miguel Ricardo  
Leonor Figueiredo  
Luís Leiria  
Mafalda Escada  
Patrícia Felício  
Rodrigo Rivera  
Rodrigo Sousa  
Sofia Lopes  
Tatiana Moutinho

### Design gráfico e paginação

José Torres

### Capa Dossiê

João Alves

### Participaram nesta edição

Adriano Campos  
Alda Sousa  
Andrea Peniche  
Antonia Molina Habas  
Bernardo Matta  
Coletivo La Cantine Syrienne  
Hugo Monteiro  
João Alves  
José Miguel Ricardo  
José Torres  
Leonor Figueiredo  
Miguel Cardina  
Patrícia Felício  
Tatiana Moutinho

Depósito Legal  
441931/18

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

# Poemas contra a guerra

seleção de Leonor Figueiredo

(sem título)

Às vezes questiono  
 Quem vai dar-te as notícias da minha morte?  
 No momento em que souberes da minha morte, por al-  
 guém  
 Quem me dera poder ver a tua bela face  
 A encolher os ombros, despreocupada  
 A gesticulares as tuas mãos — não importa  
 A acenares com a cabeça, 'Wow! Ele morreu! Que triste!'  
 Quem me dera poder vê-lo  
 Pergunto-me  
 Quem acreditaria,  
 O teu amor queimou até às cinzas  
 A floresta da minha alma

Hamid Mosadegh - Irão

Exceção

Todos chegam  
 Rio e comboio  
 Som e barco  
 Luz e cartas  
 Os telegramas de pêsames  
 Os convites para jantar  
 A mala diplomática  
 A nave espacial  
 Todos chegam, todos excepto os meus passos em direção  
 ao meu próprio país.

Murid Barghuty - Palestina

Uivei diante as balas

Uivei diante das balas  
 Elas não se transformaram em farinha, pai  
 Chamei às bombas pombas  
 Então as paredes pulverizaram o meu corpo  
 O meu sangue correu sobre a erva  
 A erva transformou-se no cutelo  
 Que corta a garganta da borboleta  
 Tu tinhas prometido não degolar o casal de pombas  
 Tu brincavas para que eu adormecesse sobre um pêssego  
 O pêssego transformou-se no crâneo do meu irmão  
 As pombas foram degoladas  
 Tu querias uma língua de paz, mãe  
 As gentes de paz podiam dormir?

Fadwa Souleimane - Síria

Monólogo e explicação

Mas não puxei atrás a culatra,  
 não limpei o óleo do cano,  
 dizem que a guerra mata: a minha  
 desfez-me logo à chegada.  
 Não houve pois cercos, balas  
 que demovessem este forçado.  
 Viram-no à mesa com grandes livros,  
 com grandes copos, grandes mãos aterradas.  
 Viram-no mijar à noite nas tábuas  
 ou nas poucas ervas meio rapadas.  
 Olhar os morros, como se entendesse  
 o seu torpor de terra plácida.  
 Folheando uns papéis que sobraram  
 lembra-se agora de haver muito frio.  
 Dizem que a guerra passa: esta minha  
 passou-me para os ossos e não sai.

Fernando Assis Pacheco - Portugal







# O 25 de Abril e a política do tempo presente

texto de Miguel Cardina

**H**á uma espécie de lei tácita das celebrações que nos diz que as datas redondas devem gozar de uma especial consideração. O ciclo comemorativo ligado aos 50 anos do 25 de Abril vem atestá-lo. O Governo e a Presidência da República criaram uma comissão encarregue de organizar as comemorações oficiais, entretanto já iniciadas e que terminarão apenas em 2026. A elas se somarão certamente um conjunto vasto de outras iniciativas provenientes de distintos setores académicos, políticos e sociais.

Este regresso de Abril importa. Para lá da rememoração ritualista ou da nostalgia do vivido, ele será ocasião para se discutir a natureza histórica desse passado mas também, e sobretudo, os seus usos políticos hoje. Ou seja: será um debate sobre a ruptura revolucionária e as lutas sociais de 1974-75. Sobre a natureza e os impactos das transformações económicas, sociais e culturais então ocorridas. Sobre as origens singulares da democracia portuguesa. Sobre as heranças visíveis e invisíveis da ditadura. Sobre o antifascismo, a repressão e as resistências. Sobre guerra colonial, o colonialismo e o anticolonialismo.

Sobre a descolonização e as independências africanas. Por tudo isto, a esquerda deve marcar presença ativa nestes debates.

O ajuste de contas com o 25 de Abril, por ressabiamento histórico ou por revanche ideológica, é parte de uma agenda liberal-conservadora. Ao longo das últimas décadas - e com diferentes configurações consoante os momentos, os atores e os períodos históricos - as direitas políticas (e não só) foram pro-

curando redesenhar a memória de Abril assente num conjunto de tópicos.

Em primeiro lugar, o esboço de uma história contrafactual sobre as supostas vontades e possibilidades democratizadoras do marcelismo, etapa final de um regime já bloqueado. Em segundo lugar, a desconsideração do papel histórico do antifascismo e das oposições que, não tendo sido o agente direto da mudança política, construiu caminhos de resistência, múltiplos e diferenciados, ao longo dos 48 anos de ditadura. Em terceiro lugar, o apagamento da violência colonial (da guerra e não só), à luz de uma visão dominante sobre o que teria sido uma colonização portuguesa mais branda, devedora de um imaginário lusotropicalista que o Estado Novo impulsionou. Por fim, o entendimento da revolução como uma sucessão de golpes ou como um desvario coletivo, que em lugar de ter originado dinâmicas que vieram a marcar a democracia portuguesa (algumas historicamente derrotadas, é certo), teria sido a sua maior ameaça.

Essa agenda interpretativa não nasceu agora e assistiremos a alguns remakes.

É muito provável que performances como a tentativa de elevar o 25 de Novembro a data maior da democracia se venham também a repetir. Ao mesmo tempo, o espaço político-parlamentar recentemente ganho pela direita ultra-radical, e por uma extrema-direita que recupera despididamente o tríptico salazarista “Deus, Pátria e Família”, faz supor que Abril voltará a ser um campo de batalha.

É cada vez mais evidente que para as direitas - alavancadas num sistema po-

lítico-comunicacional dominante - a discussão sobre o passado é parte essencial da tentativa em construir um discurso sobre as virtudes modernizadoras do Estado Novo; sobre o 25 de Abril e o processo revolucionário, que seriam alfofre da corrupção e de uma espécie de “socialismo endémico”; sobre um passado colonial que se nega ter existido na sua dimensão opressiva e racista; ou sobre a historiografia do período, que estaria tomada por uma suposta “ditadura intelectual das esquerdas”.

Por outro lado, para o centrão político, marcado por uma pulsão consensualizadora em torno da história e dos legados de Abril, este surgirá evocado a partir de uma visão institucionalista, que rasura a natureza revolucionária da revolução e que o relê a partir da fidelidade aos princípios democrático-liberais. Resgatar Abril enquanto parte de uma política densa para o tempo presente significa disputar os sentidos dos seus antecedentes e dos legados, dos seus trajetos e das suas promessas. Não como um símbolo que exija de nós uma genérica reverência. Mas como um acontecimento que concentra em si um tempo longo - onde cabe a ditadura e as resistências; a guerra e o colonialismo; o golpe, a revolução e o seu desfecho - e que, de algum modo, ainda está aí: nas heranças desses passados e nos modos como elas dialogam com as políticas emancipatórias que hoje nos surgem como necessárias.

# Abolir a prostituição?

texto de [Antonia Molina Habas](#)

ilustração de [João Alves](#)

[Este artigo é uma tradução parcial de um artigo da autora em [Viento Sur](#). Retiramos dimensões do artigo original, mais orientadas para a situação particular no Estado Espanhol.]

O atual debate sobre a prostituição é muito atual, embora não seja novo. Historicamente, o assunto gerou divergências e diferentes perspectivas, entre proibicionistas, abolicionistas e regulacionistas. O sistema proibicionista criminaliza o “desvio” e ameaça quem vive do trabalho sexual com penas de prisão ou multas, enquanto o sistema abolicionista pretende erradicar a prostituição, direcionando todo o seu potencial repressivo para a conduta de terceiros que a favoreçam. Esses dois sistemas equiparam a prostituição à exploração e degradação da mulher, incompatível com a dignidade e autonomia da pessoa. “[...]

Cada um desses dois sistemas relaciona, intencionalmente, conceitos diferentes com a prostituição, como exploração, desvio, delinquência, violência... distorcendo com subjetividade ideológica o que a prostituição realmente é.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a prostituição ou trabalho sexual comercial como qualquer “atividade na qual uma pessoa troca serviços sexuais por dinheiro ou qualquer outro bem” (OMS 1989).

A Jurisprudência do Estado espanhol define-a como: “a prestação de serviços de natureza sexual a troco de uma con-

trapartida de natureza económica, por tempo mais ou menos temporariamente prolongado” (STS de 26-07-2016)

O trabalho sexual é uma forma -temporária ou permanente- de ganhar a vida entre adultos livres (tão livre quanto ganhar a vida em outros trabalhos árduos e arriscados). Se há imposição, se há coação ou abuso e, portanto, ausência de consentimento, não há prostituição, mas sim violência sexual. Não podemos falar de prostituição quando a remuneração não beneficia a pessoa que realiza o serviço sexual, nem mesmo toma a decisão de realizá-lo, ficando à mercê da vontade de terceiros. Essa suposta prostituição coercitiva só ocorreria no contexto comercial em que outros tiram benefícios econômicos às custas de alguém, falho de autonomia e de capacidade de decidir, de negociar ou de ganhar dinheiro.

As mulheres que são obrigadas a vender serviços sexuais não são profissionais do sexo, são vítimas de tráfico, que merecem proteção e intervenção dos Estados, garantindo que as leis internacionais sejam cumpridas. O tráfico é um abuso hediondo dos direitos humanos que deve ser criminalizado; o Estado deve intervir para cumprir as leis, que são poucas, e que já existem na legislação do Estado espanhol.



Ao invés de pressionar para que essas leis sejam cumpridas, boa parte do movimento feminista levanta a bandeira do abolicionismo.

Mas, qual é a prostituição que o Estado quer abolir? A de rua, a dos apartamentos e dos clubes, que são as suas formas mais visíveis? Ou pretende dismantellar o mercado de pornografia, stands, linhas eróticas, publicidade e propaganda de serviços relacionados com sexo? Onde traçar a linha entre o indigno e o degradante? Relatórios das Nações Unidas recomendam uma série de políticas efetivas de combate ao tráfico. Estas não incluem a abolição ou proibição do trabalho sexual e, entre as que se incluem, poucas são aplicadas com rigor.

Concordo que o tráfico para sexo comercial, a prostituição forçada, é uma violência 100% sexista, e deve ser detido, mas a prostituição não forçada não é tráfico. A mensagem que passa da prostituição é que ela é uma categoria única, sempre forçada, como se isto fosse uma verdade universalmente aceite. Todavia, não é assim.

Do abolicionismo, surge a ideia de que as pessoas que vivem do trabalho sexual são vítimas, principalmente se forem mulheres. O movimento abolicionista está aqui para pensar por elas.

Por que não começamos a ouvir as trabalhadoras do sexo? Elas e eles, como ninguém, sabem quais são suas necessidades. Falamos de um processo: um processo que deve ser democrático e participativo, onde as pessoas que vivem do trabalho sexual tenham voz. O problema da prostituição é muito complexo, assim como a vida das pessoas que vivem dela. Estamos a enganar-nos se pensamos que a prostituição pode desaparecer de uma só vez com uma Lei Abolicionista. Não é assim.

Em 13 de abril de 2016, a França aprovou sua Lei Abolicionista “com o objetivo de fortalecer a luta contra o sistema de prostituição e apoiar as prostitutas”. Após 3 anos de implementação da Lei, em 2019, foi realizado um levantamento em todo o país, para documentar os impactos desta lei na saúde, direitos e condições de vida das profissionais do sexo em França. 63% declararam que suas condições de vida se deterioraram, 78% que os seus rendimentos caíram, 42% sentem-se mais expostos à violência e 38% têm mais dificuldade em impor o uso do preservativo, entre outros. Em 2019, apenas 130 pessoas conse-

guiram sair da prostituição, usando o sistema de proteção estabelecido pela Lei.

“Não se trata de ser a favor ou contra a prostituição, a questão é saber quais são os dispositivos que as protegem e que as enfraquecem. E estamos a verificar que essa Lei está a enfraquecer as mais exploradas, os que mais precisam de ajuda. Não é uma Lei que protege, mesmo que seja anunciada como protetora”. (Irene Aboudaram, Médicos do Mundo. França).

Então vamos falar de descriminalizar (descriminalizar não é legalizar), vamos falar de regular direitos e vamos abrir esse processo participativo com as interessadas, acompanhando-as nos seus projetos de vida fora do trabalho sexual, desde que voluntariamente queiram sair. Devemos ir caso a caso, pessoa a pessoa, não podemos generalizar situações ou problemas das profissionais do sexo, porque não é rigoroso e não se ajusta à realidade, que é muito mais diversa e complexa do que fazer uma tábua rasa, neutralizando a individualidade de cada pessoa.

O que se tem feito, principalmente nas instituições, é içar a bandeira do abolicionismo como meta, como prioridade. Mas, alguém avaliou as consequências que uma Lei Abolicionista vai trazer para as mulheres e homens que vivem do trabalho sexual? Isso é ignorado e tornado invisível, isso não é falado. No entanto, não podemos esconder ou ignorar a responsabilidade de todos os defensores do que chamam “resgate das mulheres”, nas suas consequências concretas. A firme convicção de que todas as mulheres estão a ser resgatadas da violência e da degradação constitui uma fuga à responsabilidade pelas consequências de tal resgate.

É fundamental que, neste momento, vamos além das sanções e pequenas medidas sociais. Toda esta complexidade não se resolve com uma lei punitiva e estigmatizante. Estamos num momento-chave para parar e repensar – seria extraordinário se iniciássemos um processo participativo, com as contribuições e experiências de pessoas que vivem do trabalho sexual e com o movimento feminista.

## “Portugal : à propos du MFA” Daniel Bensaid



José Ricardo

Com Abril à porta, recomendamos a leitura de um artigo de Daniel Bensaid, publicado a 2 de junho de 1975, sobre Portugal, sobre o MFA e sobre o Processo Revolucionário em Curso (PREC).

Ao longo do texto, Bensaid analisa o PREC, as suas conquistas e os seus obstáculos, bem como situa o papel das Forças Armadas num processo revolucionário que, a o ser, teria de as incluir no processo em si. Ou seja, a aliança do movimento dos trabalhadores com as forças armadas não se poderia basear numa lógica bonapartista, mas sim romper com as hierarquias de casta cristalizadas nos

quadros de oficiais. A democratização do MFA seria assim uma das chaves para o rompimento das divisões de classe e para a sua reorganização. Além disso, o autor critica também a postura unanimista defendida pelo PCP no MFA, demonstrando como a ocultação das decisões em reuniões secretas e a aprovação de propostas por unanimidade acabavam por dar um lugar de destaque à oposição de direita, aberta ao diálogo e em recuperação após o 11 de março.

É um texto antigo, sim, mas ainda pertinente, por nos permitir agora refletir sobre as histórias e os movimentos revolucionários de Abril.

(<https://danielbensaid.org/Portugal-a-propos-du-MFA?lang=fr>)

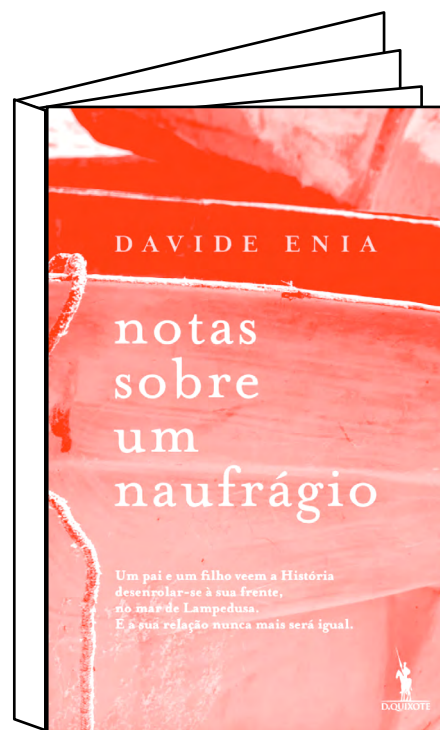
## Notas sobre um naufrágio Davide Enia

2021 | Publ. D. Quixote

Hugo Monteiro

Este livro, do dramaturgo e ator italiano Davide Enia, tem por motivo e por pano de fundo os acontecimentos que colocaram a ilha italiana de Lampedusa no roteiro das contradições da Europa. Não é, no entanto, um livro de análise ou um ensaio histórico. Trata-se de uma narrativa, de um livro notável, em que um dos maiores dramas humanos a que pudemos assistir neste século se articulam com a história familiar e pessoal do narrador, acabando por assumir uma dimensão profundamente identitária.

Sob o olhar de Enia, envolvemo-nos nos enredos e nas disposições das pessoas de Lampedusa, assistindo ao modo como o fluxo de pessoas refugiadas interfere no modo como estas pessoas se leem a si mesmas, interpretam o seu papel histórico e assumem responsabilidades face aos naufrágios e às vítimas. O circuito de peritências, as referências, a identidade e as respostas engendradas pelas pessoas ante os dramas humanos é foco de questionamento pessoal e existencial do próprio narrador, que vê a história pessoal e coletiva a colocar-se como interrogação fundamental. A arte deste livro está, então, no facto de não ser um livro histórico, um ensaio político ou um exercício memorialístico. É tudo isto ao mesmo tempo, na verdade, o que torna a sua leitura plenamente aconselhável.





# dossiê

#49 SÉRIE II ABRIL 2022



**Ucrânia:  
Pensar e agir  
contra a guerra**

# Vem aí um PRR do armamento? Pistas para um movimento antiguerra na europa

texto de *Alda Sousa*

e *Hugo Monteiro*

ilustração de *João Alves*



**N**a altura em que escrevemos, o conflito no leste europeu, provocado pela inaceitável invasão do território ucraniano pela Rússia de Putin, atinge proporções dramáticas. A ofensiva russa flagela o direito à paz, colocando a população ucraniana como centro de um conflito que nunca desejou. Para além de uma análise dos motivos e dos interesses geoestratégicos envolvidos, o dever de solidariedade deve incidir principalmente no povo ucraniano, bem como na necessidade de proporcionar um presente e um futuro politicamente sustentados numa paz duradoura. É esse um dos principais desafios à esquerda.

Neste sentido, como deve a esquerda anti-imperialista não-campista situar-se neste conflito? Como condenar inequivocamente a invasão da Ucrânia pela Rússia e, ao mesmo tempo, recusar o belicismo que leva à cegueira de uma nova corrida aos armamentos?

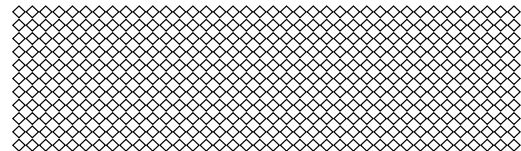
## 1. Caracterização do conflito

**É** claro, para nós, que não se trata de um conflito inter-imperialista, e talvez este seja um ponto importante para começar a conversa. É verdade que desde a queda da União Soviética a NATO se expandiu para leste, com

novas adesões e aumento de influência nos países que integravam a ex-URSS. Mas não é isso que explica este conflito. A resposta sai de facto fora do quadro conceptual de quem vê o mundo a preto e branco e neste caso, como se a invasão fosse “apenas” uma resposta defensiva da Rússia em relação à NATO. Mas não é assim. Estamos perante um ataque imperial da Rússia a um país soberano, que foi independente após a revolução soviética de 1917, mas que Putin continua a ver como uma antiga colónia do império russo, criticando até Lênine e os bolcheviques por terem aceite a sua independência.

Neste conflito, uma parte importante da esquerda (em Portugal, mas não só) soçobrou ao adotar uma posição campista, colocando-se ao lado da Rússia, vista como garante da luta contra a NATO. Ou então diz que condena a invasão, mas depois não exige a retirada das tropas russas. Ou então fica em cima do muro a dizer nem NATO nem Putin, como se estivessemos em presença de um conflito inter-imperialista.

A esquerda anti-imperialista condena sem qualquer ambiguidade a invasão da Ucrânia, como sempre condenou, no passado e no presente, todas as guerras imperialistas feitas pelos mais fortes contra os mais fracos. A condenação da invasão não representa nenhum aval ou concordância política com o governo de

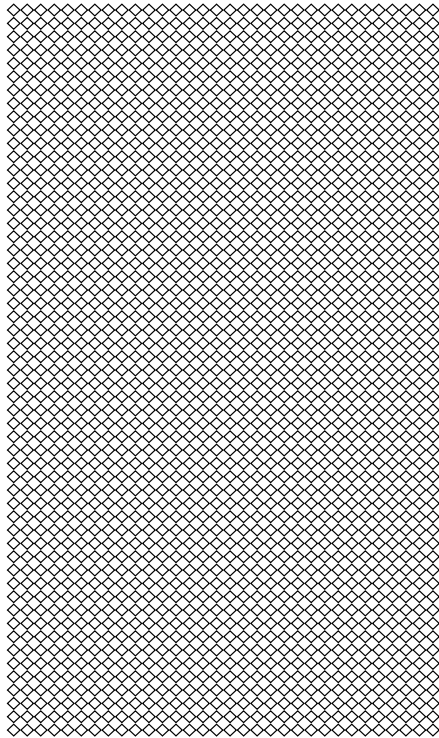


Kiev, tal como a oposição à invasão do Iraque não representou nenhum apoio a Saddam Hussein. Quando nos indignamos até ao osso com os bombardeamentos a Gaza, não o estamos a fazer por nenhuma solidariedade com o Hamas, mas sim pelo direito dos palestinianos à auto-determinação. A nossa solidariedade não é com os governos, mas sim com os povos oprimidos, invadidos, bombardeados.

A esquerda campista fala de paz mas, sem conteúdo concreto, as propostas de saída podem não passar de vazias. “Paz” pode pura e simplesmente significar aceitar a invasão e a anexação da Ucrânia ou, no limite, exigir a sua rendição. Isso não é paz, é tomar o partido do agressor.

Somos contra a NATO e não tomamos Zelensky como herói, nem necessitamos de nos vestir de azul e amarelo para estarmos solidários com a população ucraniana, vítima da guerra e agente de resistência.

Por outro lado, somos completamente contrários às atitudes de cancelamento da cultura ou da ciência russa ou à russofobia delirante que se vai instalando.



## **2. PRR do armamento?**

**N**a sequência de uma reunião com ministros da defesa de países da Nato, recentemente, o ministro João Gomes Cravinho anunciou a necessidade de “refletir” sobre o aumento do orçamento português para a defesa. “Refletir” é um verbo curioso; neste contexto é uma expressão eufemística destinada a preparar terreno para o que já está decidido. Trata-se de uma “reflexão” a que é chamado um país que não gasta 1% do seu Orçamento de Estado em cultura, mas que se propõe sustentar, com obediente e sossegado conforto, as suas Forças Armadas com a já acordada fatia de 1.68% do PIB. Já a Alemanha deu um sinal claro, ao aumentar o seu orçamento para a defesa para valores acima de 2% do PIB. Adivinha-se a extensão do princípio a outros países da Nato, com o engordar dos recursos militares como atestação do erro, que é o combate à guerra com recursos de guerra.

A máquina militar é tão oportunista quanto outras estruturas, providas e alimentadas no seio do capital. As imagens pavorosas da guerra entram-nos pelos olhos dentro e facilmente é imposta ao senso comum a ilusão de que só um maior poderio militar é capaz de contrariar a disseminação do horror. Da EU parece delinear-se um novo PRR,

desta vez de armamento. Por outro lado, para além dos adormecidos ímpetus belicistas, há seguramente muita gente que genuinamente receia profundamente uma generalização do conflito. E há sempre esperança quando existe um contraponto.

Brotam como cogumelos os discursos que representam o retorno a uma lógica belicista que, com maior ou menor discrição, colocam em agenda assuntos até há bem pouco tempo incompatíveis com a conjuntura: as posturas armamentistas alimentam debates, que vão do aumento do investimento público na defesa ao retorno do Serviço Militar Obrigatório. Vendem-nos fórmulas antigas com novos embrulhos, onde a ideologia de um nacionalismo belicoso ressurgiu em traje de gala, mais uma vez reinventado nos blocos de alianças transnacionais ou dos “choques de civilizações”. E nenhum destes pacotes responde à necessidade imediata de defesa do povo ucraniano perante um imperialismo invasor.

Esta lógica de guerra tem também servido para uma “guerra económica” que já está no nosso quotidiano, com os aumentos dos preços dos combustíveis e da energia, com a ameaça de crise alimentar. Ou seja, arriscamo-nos a ter, ao mesmo tempo, mais armamento e mais austeridade.

## **3. Para a construção de um movimento internacionalista antiguerra**

**A** esquerda terá pela frente um desafio determinante a partir desta guerra, seja qual for o seu desfecho. Corresponder a esse desafio significa, para lá das proclamações ou das adesões automáticas, antes de mais nada reconhecer e construir solidariedade com a resistência do povo ucraniano, assim como com os e as ativistas que, na Rússia, com uma enorme coragem, manifestam o seu repúdio para com a agressão de Putin. Este reconhecimento, a leitura da situação concreta e do que ela nos exigirá, prepara desejavelmente um movimento internacionalista antiguerra, centrado nas pessoas e partindo das lutas sociais. Se o ímpeto em contrariar a agressão imperialista por parte da Rússia assume, aqui, uma ine-

vítavel centralidade, parece-nos evidente que esta guerra é apenas uma etapa decisiva dos desafios que teremos, doravante, pela frente.

Mapeando desafios, à laia de conclusão, deixemos em sublinhado os pontos seguintes:

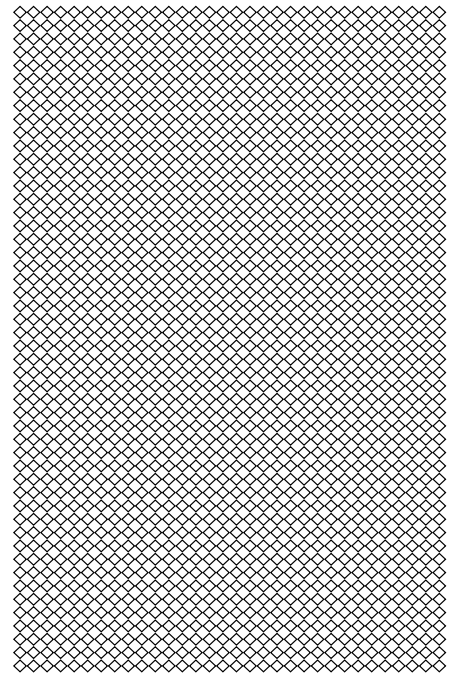
- Não há anti-imperialismo possível sem exigir uma completa retirada do invasor. Este é um imperativo fundamental e intransponível.

- Não se constrói a paz com uma cultura de guerra. As lógicas de regresso ao armamento e orçamentação da violência armada é problema, não solução.

- Não se constrói a paz com uma cultura de guerra. Revisitar intenções de criação de estruturas militarizadas ou de um “exército europeu” é prolongar tentáculos de uma lógica belicista, centro nevrálgico do imperialismo mais opressor.

- Não há vítimas preferenciais ou hierarquias de vítimas. Proporcionar condições de acolhimento a todos os refugiados e refugiadas da Ucrânia é uma fundamental dimensão de decência, o mesmo se aplicando a outras pessoas que fogem de conflitos armados ou do desequilíbrio climático em qualquer outra parte do mundo.

Não há, em suma, anti-imperialismo palpável sem um movimento anticapitalista contra-hegemónico, interseccional, atento e atuante quanto ao agravamento das injustiças e das condições de opressão que esta guerra provoca.



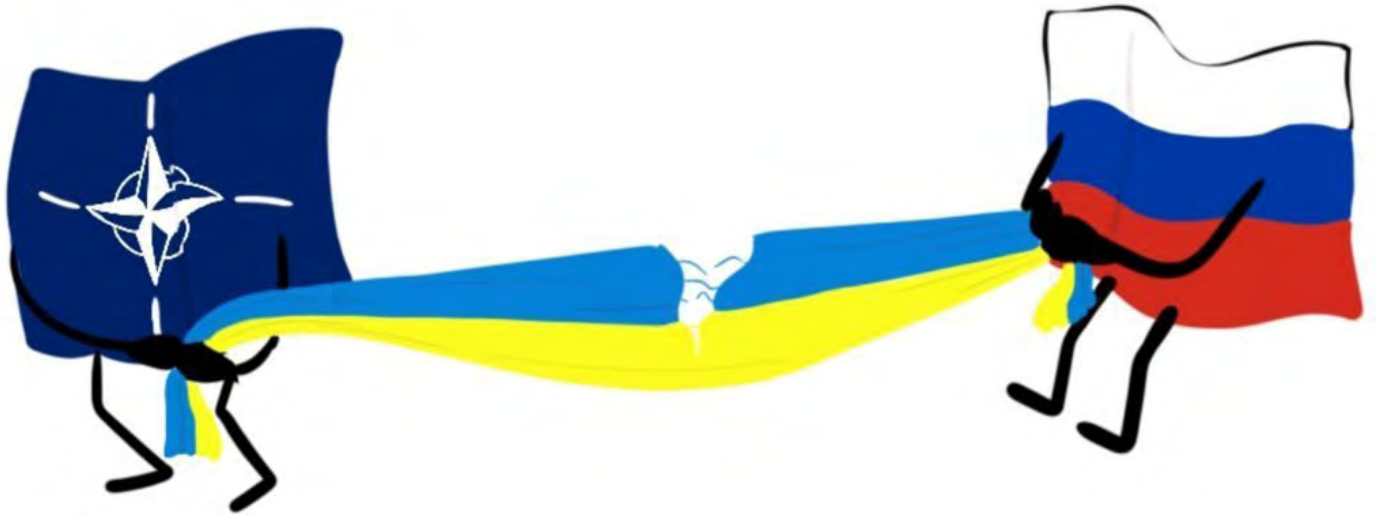


# A Guerra na Ucrânia: Dez Lições a partir da Síria

texto de

*Coletivo La Cantine Syrienne à Montreuil e L'équipe des Peuples Veulent*

ilustração de *Bernardo Matta*



**E**m março de 2011, rebentaram protestos na Síria contra o ditador Bashar al-Assad. Assad dirigiu o todo o poder dos militares contra o movimento revolucionário que se erguia; no entanto, durante algum tempo pareceu ser possível o derrube do seu governo. Foi então que Vladimir Putin interveio, permitindo que Assad permanecesse no poder com um tremendo custo em vidas humanas e assegurando a permanência do poder russo naquela região. Um colectivo de exilados sírios e seus camaradas reflectem como a sua experiência na Revolução Síria pode ajudar aos esforços de apoio à resistência à invasão da Ucrânia e ao movimento anti-guerra na Rússia.

Tanto se tem falado sobre a Ucrânia e a Rússia durante o passado mês que é fácil perder-se de vista o contexto global em que estes acontecimentos se desenrolam. Torna-se assim necessária uma reflexão sobre o imperialismo, a solidariedade internacional e a compreensão das nuances de batalhas complexas e contraditórias.

## Dez lições a partir da Síria

**S**abemos que pode ser difícil posicionarmo-nos num tempo como este. Entre a unanimidade ideológica dos media mainstream e as vozes que inescrupulosamente confiam na propaganda do Kremlin, pode ser complicado saber quem se deve ouvir. Entre uma NATO de mãos sujas e um regime russo vil, deixamos de saber quem combater e quem apoiar.

Como participantes e amigos da revolução síria, queremos defender uma ter-

ceira opção, oferecendo um ponto de vista baseado nas lições de mais de dez anos de insurreição e guerra na Síria.

Que fique desde já claro: hoje continuamos a defender a revolta na Síria no sentido em que se tratou de uma insurreição popular, democrática e emancipatória, especialmente através dos comités de coordenação e os conselhos locais da revolução. Enquanto muitos já se terão esquecido disto, mantemos que nem as atrocidades e propaganda de Bashar al-Assad, nem as dos jihadistas podem silenciar estas vozes.

O que se segue não pretende estabe-

lecer uma comparação entre o que se passa na Síria e na Ucrânia. Se ambas estas guerras começaram com uma revolução e se um dos agressores é o mesmo, as situações são muito diferentes. Antes, ao delinear o que aprendemos com a revolução na Síria e com a guerra que se lhe seguiu, esperamos poder oferecer alguns pontos de partida, a todos e todas as que sinceramente se revêm nos princípios emancipatórios, para descobrir como tomar uma posição.

1. Escutar as vozes de quem é imediatamente (directamente) impactado pelos acontecimentos
2. Cuidado com a geopolítica de banca-da
3. Não aceitar qualquer distinção entre “bons” e “maus” exilados
4. Cuidado com grandes grupos de comunicação
5. Não retratar os países ocidentais como o eixo do bem
6. Combater todos os imperialismos!
7. Não atribuir igual responsabilidade à Ucrânia e à Rússia
8. Compreender que a sociedade ucraniana – como a síria, ou a francesa, (ou a portuguesa) – é atravessada por diferentes correntes
9. Apoiar a resistência popular na Ucrânia e na Rússia
10. Construir um novo internacionalismo a partir de baixo

## **Proposta de posições sobre a invasão russa da Ucrânia**

**E**xpressar apoio absoluto à resistência popular ucraniana contra a invasão russa.

- Priorizar o apoio a grupos auto-organizados defensores de posições emancipatórias na Ucrânia através de doações, ajuda humanitária e publicitação das suas exigências
- Apoiar as forças progressistas anti-guerra e anti-regime na Rússia e publicitar as suas posições
- Acolher exilados e exiladas ucranianas e organizar iniciativas e estruturas que permitam que as suas vozes sejam ouvidas
- Combater todo o discurso pró-Putin, especialmente na esquerda. A guerra na Ucrânia oferece uma oportunidade crucial para acabar de vez com o campismo e a masculinidade tóxica
- Combater o discurso pró-NATO através da ideologia

- Recusar apoiar quem na Ucrânia e em qualquer outro lado defenda políticas ultra-nacionalistas, xenófobas e racistas

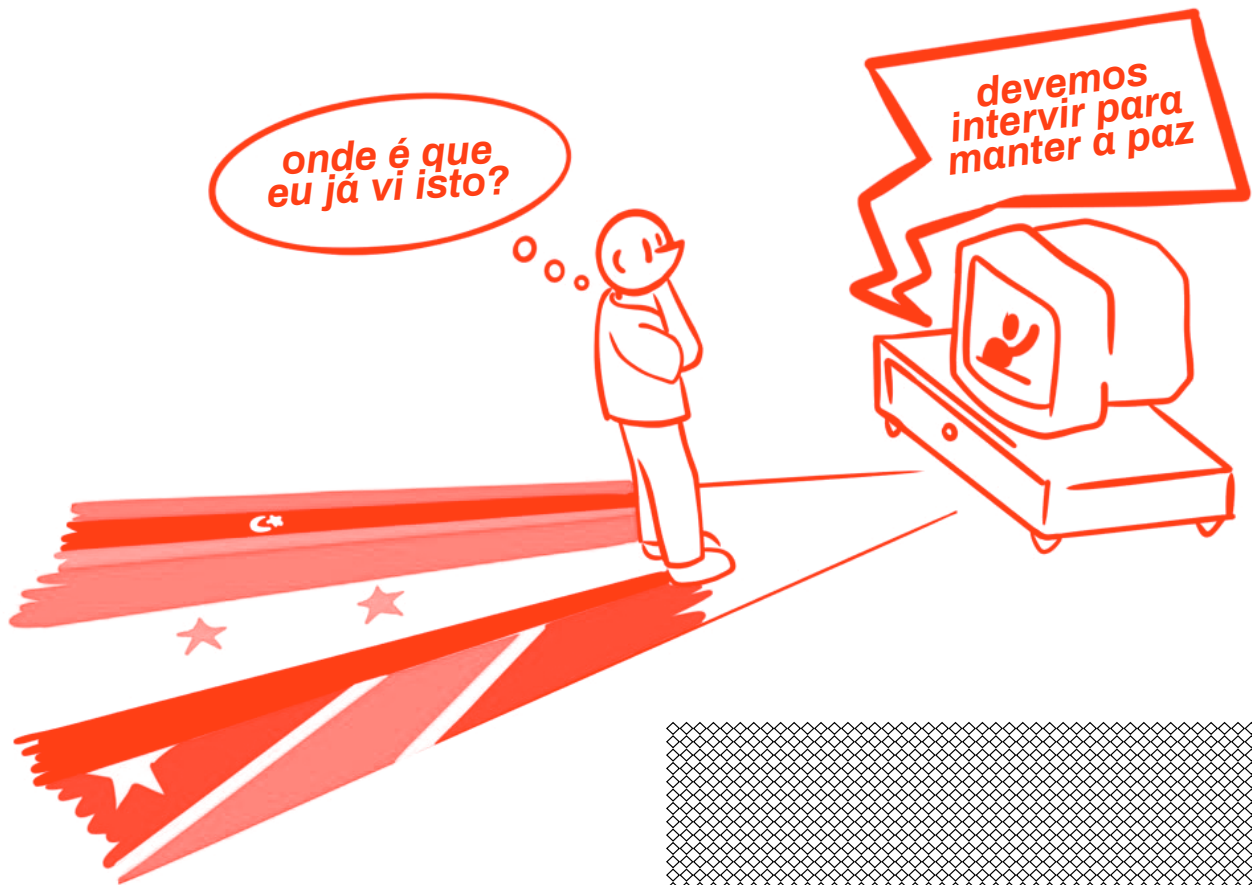
- Criticar permanentemente e desconfiar das acções da NATO na Ucrânia ou noutra lado qualquer

- Manter pressão nos governos através de manifestações, acção directa, faixas, fóruns, petições e outros meios de modo a reforçar as exigências dos actores auto-organizados no terreno

Infelizmente, tudo isto não é muito, mas é o que temos a oferecer, enquanto não houver uma força autónoma (aqui ou noutra lado qualquer) a lutar pela igualdade e emancipação e que seja capaz de proporcionar apoio económico, político ou militar.

Esperamos sinceramente que, desta vez, estas posições cheguem a bom porto. Se tal acontecer, ficaremos extremamente felizes, mas jamais esqueceremos que isto está longe de ser o que aconteceu na Síria, e que muito lhe custou.

# Ucrânia: o que aprendemos com o debate entre Achcar e Kouvélakis?



texto de *Adriano Campos e Patrícia Felício*  
 ilustração de *Bernardo Matta*

Este artigo foi escrito ao fim da terceira semana de invasão russa, enquanto se aperta o cerco a Kiev e o horror da guerra atinge proporções pavorosas em Mariupol. O leitor e a leitora sabem agora mais sobre a evolução do cenário bélico e da crise humanitária que alastra na região. Uma certeza podemos ter por atual: a guerra a leste ocupa toda a centralidade no debate político, dentro e fora da Ucrânia, e deixará marcas em todos os quadrantes. À esquerda, desde o início da invasão, lemos diferentes análises, com nuances entretanto mitigadas pela escalada militar mas também bifurcações relevantes na análise sobre os imperialismos. Gilbert Achcar (GA) e Stathis Kouvélakis (SK) protagonizaram um dos debates mais profícuos e que merece a nossa atenção.

Nos primeiros dias da invasão, GA publicou “um memorando sobre a posição anti-imperialista radical em relação à guerra na Ucrânia”, onde explanou seis pontos para uma agenda à esquerda: (1) condenar a invasão e exigir a retirada imediata e incondicional das tropas russas; (2) defender que a retirada russa deve aplicar-se a todo o território ucraniano, incluindo as províncias orientais e a Crimeia, cujo destino soberano só pode depender da vontade popular; (3) rejeitar a via da escalada militar, recusando uma intervenção militar da NATO; (4) ser favorável à entrega de armamento defensivo às vítimas de agressão, no caso, o Estado ucraniano que luta contra a invasão; (5) não assumir uma posição de princípio sobre sanções, avaliando o seu impacto à luz do conflito; (6) exigir uma resposta humanitária consequente, com uma políti-

ca de portas abertas a todos os refugiados de guerra.

O curto memorando de GA mereceu uma longa réplica por parte de SK num artigo intitulado “A guerra na Ucrânia e o anti-imperialismo hoje. Uma resposta a Gilbert Achcar”. Posteriormente, GA publicou uma resposta, intitulada “O anti-imperialismo hoje e a guerra na Ucrânia”. Deste debate, três dimensões surgem como problemáticas na sua definição: a natureza do conflito, a sua relação com os imperialismos, as tarefas da esquerda contra a guerra.



Concordando na identificação da raiz expansionista e imperialista da invasão russa, ambos sublinham os seus impactos geopolíticos. Contudo, ao passo que SK mobiliza o conceito de “conflito inter-imperialista” para explicar, em parte, a invasão como uma das consequências da démarche norte-americana perante a emergência de bloco militares secundários, o que exigiria a expansão da NATO e consequente resposta de Putin, GA prefere situar as consequências da invasão protagonizada pelo imperialismo russo. No seu memorando, afirma que “O destino da invasão da Ucrânia pela Rússia determinará a propensão de todos os outros países para a agressão. Se ela falhar por seu turno, o efeito sobre todas as potências mundiais e regionais será de uma forte dissuasão. Se triunfar, ou seja, se a Rússia conseguir «pacificar» a Ucrânia sob as suas botas, o efeito será uma mudança importante na situação mundial em direção à lei da selva sem regresso, encorajando o próprio imperialismo dos Estados Unidos e dos seus aliados a continuar com o seu próprio comportamento agressivo”.

Os diferentes pontos de partida perante a urgência da resposta anti-guerra condicionam o resto do debate. Na sua réplica, SK trata de assinalar a sua concordância com os primeiros três pontos apresentados por GA e com a política de acolhimento dos refugiados, situando a sua discordância nas questões do armamento e das sanções.

Segundo SK “na atualidade, dada a natureza das forças implicadas, a entrega de armas à Ucrânia só pode ter um propósito, assegurar a sua futura vassalagem e a sua transformação em posto avançado da NATO no flanco oriental”, e acrescenta “mesmo que vítima de uma agressão inaceitável [o governo ucraniano] não representa nenhuma causa progressista mais ampla”. O argumento de SK tem um mérito, porém levanta um problema. Ao colocar a tônica na via anti-militarista, SK relembra-nos que a tarefa da esquerda é situar a discussão na contenção da escalada e na exigência da paz. Contudo, segundo GA, enferma de uma inclinação ultra-esquerdista “segundo esta lógica, só poderíamos apoiar um povo que resiste contra uma invasão imperialista melhor armada se a sua resistência fosse dirigida pelos comunistas e não por um governo burguês. É uma velha posição ultra-esquerdista sobre a questão nacional que Lenine tinha atacado na sua época. O apoio a um combate justo contra uma opressão nacional, e por

motivos de força maior contra uma ocupação estrangeira, deve fazer-se independentemente da natureza da sua direção: se este combate é justo implica que a população participe ativamente e merece que a apoiemos seja qual for a natureza da sua direção”.

Neste momento da escalada, cada derrota militar da Rússia é um passo em frente na defesa do povo ucraniano. Se defendemos, e bem, que a NATO não deve intervir no cenário de guerra, não deve ser o governo ucraniano a coordenar esses esforços perante a invasão? Se respondemos que sim, não quer dizer que tenhamos que apagar a análise sobre o papel da NATO ou fechar os olhos a abusos por parte do exército ucraniano, da mesma forma que, ao contrário de outros à esquerda, não temos que reescrever as leituras passadas sobre a Rússia de Putin. Exigir a paz não nos dispensa de compreender a guerra e tomar posições. Devemos exigir, por exemplo, que os governos europeus exerçam o controlo de circulação dos seus cidadãos nacionais que se predisponham a combater na Ucrânia, impedindo infiltrações da extrema-direita num cenário de guerra.

Voltemos a GA. Segundo este, SK erra ao enquadrar a invasão russa sob o chapéu de “guerra inter-imperialista”, pois “se bastasse que fosse uma guerra em que cada parte é apoiada por um rival imperialista, então todas as guerras do nosso tempo seriam inter-imperialista dado que, regra geral, basta que um dos imperialismos rivais apoie um campo para que o outro apoie o campo oposto. Uma guerra inter-imperialista não é isso. É uma guerra direta, e não por procuração, entre duas potências em que cada uma delas procura invadir o domínio territorial e (neo) colonial da outra como o foi claramente a I Guerra Mundial”. Acompanhando o alerta de GA, relembremos que os EUA são já os vencedores políticos do conflito, pois, após o descalabro do Afeganistão, impuseram a militarização do sistema SWIFT e decretaram uma viragem na política energética da Europa. Podem perder na futura expansão militar da NATO mas são já vencedores antecipados do conflito.

Outra polémica lançada por SK tem que ver com as sanções. Apontando as contradições dos Estados coniventes com a não aplicação de sanções a Israel, SK defende que “a tarefa da esquerda é denunciar a função política deste dispositivo e mostrar que ele é antes de mais um instrumento que permite asfixiar um país que perturba a ordem mundial construída pela supremacia norte-americana e ocidental, um instrumento que, no fundo, pouco difere de um ato de guerra”. Esta simplificação levanta dois problemas. O primeiro é que não situa o confronto que a esquerda deve fazer, em cada país, em torno dos interesses dos oligarcas russos. Parte dos que agora rasgam as vestes contra Putin, são os mesmos que alimentaram os canais da oligarquia russa na Europa, seja através dos vistos gold ou da permeabilidade das praças financeiras ao produto do saque do povo russo. Em segundo, junta, no mesmo pacote, as sanções económicas (que devem merecer uma análise casuística quanto ao seu impacto real) e o boicote cultural e nacional (que deve merecer a nossa rejeição). Como afirma GA, “definimos as nossas posições à luz da «análise concreta da situação concreta»”.

À esquerda, não ficaremos reféns das campanhas de ódio que os partidários do atlantismo subserviente descerraram nas últimas semanas. Não temos nada a reescrever sobre o papel de instabilidade bélica desempenhado pela NATO, nem nunca nos iludimos sobre a opressão e agressividade do regime de Putin. O nosso lugar é ao lado de quem na Ucrânia, na Rússia, na Europa e no mundo se dispõe a resgatar o movimento anti-guerra, opondo-se aos imperialismos e à escalada da invasão, defendendo a retirada incondicional das tropas, a reconstrução da Ucrânia e o acolhimento dos refugiados.